

Prefácio

No ano de 1859 nascia o primeiro livro de fotografias da América Latina. Publicado pela Tipografia Nacional, *Brazil Pittoresco* era um álbum de autoria de dois exilados franceses, Jean-Victor Frond e Charles Ribeyrolles. A publicação reunia litografias (fantásticas) feitas a partir das fotos de Frond realizadas ao longo de suas incursões pelo império. Junto delas, em francês e português, vinham textos de Ribeyrolles, jornalista e político, amigo de Victor Hugo e, para alguns, uma influência do ainda jovem poeta Machado de Assis.

Dentre outras coisas — como o registro da derrubada de árvores e da diminuição de rios, demonstração de alguma sensibilidade com questões ambientais que no futuro ganhariam relevância maior ante a continuidade do descaso —, o livro é tido como propaganda da família imperial e material de incentivo à imigração europeia. Trazia imagens de D. Pedro II e sua família junto a livros e a um globo terrestre, sugerindo se tratar de um “monarca esclarecido”, e muitas imagens da vida urbana dos lugares visitados pelos autores. Nesse ponto, cuidadosamente, Victor Frond excluiu a presença escrava de certos lugares, sobretudo as desumanidades impostas a essa parcela

dos habitantes do Brasil daquele período. Ribeyrolles, por sua vez, afirma ao analisar a habitação dos escravizados: “nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças, nem recordações”.

Robert W. Slenes, professor do Departamento de História da Unicamp, erigiu uma obra monumental em resposta às observações do viajante francês. O livro *Na senzala, uma flor*, de 1999, observa a formação da família escrava a partir de tradições centro-africanas e como essas tradições fundamentam identidades e solidariedade, mesmo ante um cotidiano que impõe desgraças de toda ordem e a todo momento para esses seres humanos.

Ribeyrolles provavelmente se encantava mais com a rede do que com o mar. De maneira que não conseguiu perceber que o fogo presente na senzala era ele próprio, junto a outros signos que Slenes analisaria por um prisma original, indo da gastronomia à arquitetura, uma forma de manutenção das “esperanças e das recordações”. Mano, “lar” vem do latim *lares*, que significa deus protetor da casa, domicílio ou simplesmente lareira segundo o dicionário *Oxford*. O *Houaiss* é mais taxativo ainda em sua definição: “local, na cozinha, onde se acende o fogo”. Sendo assim, se nas culturas existentes nas terras africanas de onde aquele povo é oriundo, como entre os Ovimbundu, o fogo sempre aceso nas habitações era símbolo da continuidade da autoridade do Soba, o chefe político local, logo a fogueira em si era a própria flor, reluzindo pela pátria, pela mãe ou pela noiva. Ainda que imersos em banzo.

É o que meu amigo Rashid costuma chamar de ideias que rimam mais do que palavras.

Gosto de visitar essa análise de um mesmo ponto, por dois olhares tão distintos, pois mesmo em tempos diferentes, ela

me faz pensar no direito à subjetividade. Quem merece um segundo olhar, digamos, mais cuidadoso? Nessa escala grotesca imposta pelo colonialismo, quem pode ser gente? E quem está amaldiçoado a ser só uma engrenagem? Engrenagem não tem lar, não precisa, engrenagem repousa num canto até chegar a hora de ser usada novamente.

Quando me mudei para o extremo norte da Zona Norte de São Paulo, o bairro Jardim Brasil Novo, que fica entre a serra da Cantareira e a rodovia Fernão Dias (aliás, mais uma das muitas contradições brasileiras, em que um invasor de terras e exterminador de nativos passa a dar nome ao chão onde os descendentes dos derrotados tentam sobreviver), era um lugar tão ao norte da cidade que meus colegas faziam piada dizendo que eu poderia me considerar morador da Zona Sul de Minas Gerais, tamanha a distância. Havia na região apenas seis casas. Todas elas de famílias pobres, vindas de alguma outra margem distante da mancha urbana produzida pela densidade populacional paulistana.

Pouco mais de um ano depois, já com mais algumas casas, fomos expulsos pelo poder público sem destino certo. Embora todos estivessem ainda pagando por seus terrenos, descobrimos que na verdade a empresa que apresentava o loteamento, com planta urbanística, lotes igualmente divididos, quadras amplas etc., na verdade não era proprietária do terreno. Estávamos no meio de uma maracutaia que misturava grilagem, roubo de terras e esquema de pirâmide, com todas as economias de uma vida comprometidas.

Vimos os tratores, escoltados pela polícia militar, derrubarem casa por casa, algumas ainda com móveis dentro, não tinha dado tempo de conseguir um carroto. Numa triste remontagem de “Saudosa maloca” e “Despejo na favela”, canções dolo-

ridas de Adoniran Barbosa, assistimos a tantos sonhos da casa própria desmoronarem de uma única vez. Os pobres homens-engrenagem que operavam as máquinas, ou faziam a escolta delas, só repetiam o refrão do autor de “Trem das onze” ante o pranto e os gritos dos que ficaram até o fim para ver com os próprios olhos a desgraça que lhes abateu — é uma ordem superior.

Eduardo Galeano, já no início de seu clássico *As veias abertas da América Latina*, nos pergunta: como uma terra tão rica deixou os homens tão pobres? São Paulo, a terra das oportunidades, poderia reorganizar a indagação da seguinte maneira: como um lugar cheio de sonhadores pôde se transformar num pesadelo?

Um ano depois, os moradores entraram em contato uns com os outros e chegaram ao consenso de que precisavam resistir a tamanha injustiça. Decidiram sair das casas de parentes onde foram amontoados às pressas e ocupar o local pelo qual haviam pago com o dinheiro de toda uma vida. Agora, sem orçamento para casas de alvenaria, lajes etc., um mutirão conseguiu madeirites e telhas para todos, e centenas de barracos ocuparam aquela colina no pé da serra.

E assim o Jardim Brasil Novo se tornou idêntico ao velho Brasil.

Expulsão da terra, remoções, endividamento e trabalho forçado foram alguns dos métodos usados na América Latina, em especial no México, na Guatemala e no Peru, para forçar a população rural a se submeter às necessidades dos latifundiários ante os impasses que a questão do dito elemento servil, mais conhecida como escravatura, apresentava no século 19. O trabalhador nacional livre recusava-se a trabalhar regularmente nas fazendas, enquanto o pequeno produtor, que garantia seu pão de cada dia com a agricultura de subsistência, precisou ser convertido em mão de obra precarizada para que o processo de acúmulo da expansão capitalista fosse concluído com sucesso.



Ribeyrolles e Frond haviam abandonado a França a contragosto. Militantes republicanos derrotados, presenciaram a ascensão de Luís Bonaparte III, numa estratégia que reproduzia a mesma tomada de poder que seu tio Napoleão Bonaparte havia conseguido em 1799. Karl Marx, em sua crítica ao evento, partilha com o mundo o texto *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, em que, recorrendo a uma passagem de Hegel, conclui com a frase que se tornaria a mais famosa do texto: “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

Naquele momento pós-revolução de 1848, conhecido como “a primavera dos povos”, era inconcebível para os republicanos e para os socialistas que a classe dominante aceitasse uma cópia mais tosca ainda do ditador de antes. Mas ela aceitou. Os valores democráticos eram um preço barato a se pagar, desde que a burguesia pudesse manter seu poder econômico intacto — e qualquer semelhança com o Brasil contemporâneo não é mera coincidência.

Continuamos dentro da farsa.

Nosso retorno ao “Brasil Novo”, agora na condição de sem-teto como aqueles trabalhadores do século 19, tinha como característica o fato de todos construírem a própria casa simultaneamente. Essa era uma tradição dos mais antigos, algo honroso inclusive, mas naquele início de adolescência eu nunca tinha visto de dentro um bairro inteiro se levantar junto. Entrávamos na mata, guiados por meu padrasto, cortávamos embaúbas, descíamos com os troncos ocos nos ombros, sendo picados por formigas que habitavam o interior daquela espécie de árvore. Aqueles troncos se transformariam nas colunas das nossas moradias. Eram muitas idas e vindas carregando embaúbas, e ali aprendi um velho jongo criado pelos escravizados

no Brasil, uma maravilhosa manifestação do conceito de formação socioespacial do grande Milton Santos, segundo o qual a realidade local responde à imposição da ordem alienígena com as possibilidades que tem a seu alcance. É a força da cultura através de uma vizinha que nos observava na labuta, uma velhinha mineira, que também integrava o grupo dos novos habitantes e cantava enquanto passávamos:

“Com tanto pau no mato,
embaúba é coroné.”

A letra simples e a melodia convidativa ficaram gravadas em mim, mas apenas anos depois eu fui compreender a profundidade desse verso. A embaúba é uma árvore oca, por isso insetos a fazem de moradia. Esse fluxo interno do tronco, junto da seiva da planta, faz com que se desenvolva em seu interior uma espécie de gosma nojenta e leva muita gente a concluir que ela está apodrecida por dentro. É uma árvore alta, esguia, de folhas grandes. Os cativos entoavam esse jongo num claro afronte ao “coroné” que os tinha posto naquela situação desumana. O “coroné” era uma árvore vistosa, porém podre por dentro.

E era no meio daquela cantoria melancólica, da derrubada de árvores e do levantamento de barracos — que me fazia pensar na quilombagem, tão bem definida por Clóvis Moura —, que meu padraço dizia a plenos pulmões: “arquitetura é uma grande frescura”. Mesmo sem fazer ideia do que arquitetura significava. Para ele era “o luxo de pagar um almofadinha para dizer a cor das suas paredes”, e num autoelogio constante ele repetia um pensamento do qual todos ali partilhavam: planejar, estudar, organizar, projetar o local onde se vai morar, para nós, não passava de uma grande frescura, um mimo, algo com o que não se sonhava, por que quem sonha é gente e a cidade

na qual vivíamos já havia nos convencido de que éramos só engrenagens.

A formação dos barracos era idêntica: quarto/cozinha/banheiro sem porta, apenas com uma cortina protegendo o lugar, ou então quarto e cozinha, com um banheiro externo. A pouca matéria-prima disponível limitava as possibilidades de ir muito além disso. Os barracos eram quadrados ou retângulos na parte mais alta dos terrenos, com escadas esculpidas na terra vermelha que levavam até a rua. Famílias com três ou quatro filhos, sem direito a nenhuma privacidade ou individualidade dentro de suas casas. Sem poder estudar sem ser incomodado, ver TV sem incomodar, ou fazer amor sem ser ouvido. Energia elétrica falhando, equipamentos comprados a prestação pifando ante essa oscilação, falta de água constante, chegando suja muitas vezes e, para complementar, o assédio das forças policiais que representam o tentáculo mais violento da aporofobia brasileira, convertendo-se numa verdadeira máquina de insegurança pública, especializada em moer pobre. Foram as primeiras vezes em que vi ônibus inteiros sendo parados por viaturas e todos os homens serem colocados para fora e revistados, deitados na calçada com a roupa do trabalho, tendo suas marmitas jogadas no chão. A primeira vez que tive um revólver apontado para meu rosto foi por demorar a me deitar no chão numa dessas abordagens.

Então eu entendi a perspectiva do meu padrasto e dos seus camaradas. Como é que fala de arquitetura ali, mano? Que o desenho famoso do Leonardo da Vinci é uma interpretação do homem de Vitrúvio tratando da relação do homem com o universo? Isso é pra quem é considerado gente.

E nesse sentido, não só nossa cidade, como a nossa sociedade, falhou.

E se essa preocupação individual com como se ocupa um determinado lugar era um melindre, um direito que para nós

era um privilégio, a cidade na tradição brasileira acaba por não ser muita coisa além de um amontoado de coisas privadas. Não deveria ser, mas infelizmente é.

Não preciso falar dos desabamentos, incêndios, telhados levados por ventanias, dificuldade de locomoção intrabairro sobretudo em emergências, que são consequência direta do modo-avião constante que faz parte da vida de uma pessoa-engrenagem. Como diria Jan Gehl, nós moldamos as cidades e elas nos moldam.

O modelo de desenvolvimento adotado pela cidade de São Paulo ao longo de sua história é surdo. Quer prova maior disso do que o primeiro nome da ocupação desse território ser vila de São Paulo dos Campos de Piratininga?

Piratininga é topônimo indígena que indica peixe a secar, após a cheia do rio. Ou seja, é um lugar onde a água sobe e, ao retornar a seu leito, deixa peixes secando espalhados pelas margens. Se os primeiros habitantes da região, os povos indígenas tupiniquins, guaianases, maromomis etc., a batizaram com o nome do fenômeno, como, quase quinhentos anos depois, a cidade se permite ser surpreendida todo ano com enchentes? E pior, como coexistem alagamentos e crise hídrica? Milhares de prédios abandonados e milhares de famílias sem um teto?

A indiferença da lógica eurocêntrica, arbitrando no “mundo novo”, acabou por funcionar como uma maldição que torna a cidade uma produtora de contradições em escala industrial, corroendo inclusive o seu grande potencial. Simplesmente rezamos para um deus que não fala a nossa língua. O planalto, sugestão dos indígenas, ocupado inicialmente por propiciar boa visualização do horizonte e garantir, entre outras coisas, a capacidade de se defender de ataques externos, foi comple-

tamente sequestrado junto de seus arredores pela especulação imobiliária, que é claramente “horizontefóbica”. Com seu fetiche por verticalização, ela reduz esse pedaço de terra, e toda ocupação humana dele, a um efeito colateral da ganância, ontem dos ibéricos atrás do rio da Prata, hoje dos acionistas em nome da perversidade neoliberal, que nos levou novamente ao mapa da fome.

A pergunta de um milhão de dólares é: tem solução?

Como diz minha amiga Margareth Valentim lá do Quintal dos Prettos na Zona Leste, quem tem apenas uma opção na verdade não tem nenhuma. Logo, é dever dos que aqui estão fazer funcionar para as pessoas, ou pelo menos tentar. Assim como a linguagem de sinais oferece um código que comunica aos deficientes auditivos informações de seu interesse, precisamos refundar essa aldeia e elaborar uma espécie de libras urbanística, que tenha a capacidade de reorientar nossa rota e tornar possível um pacto humanístico sem precedentes nesse lugar. O labirinto nos tornou engrenagens, reivindicar o direito de sermos gente todos nós é também libertar o labirinto de sua tragédia e transformá-lo em cidade. Até que possamos nos encontrar na frase de Fernando Pessoa: “extraviamo-nos a tal ponto que devemos estar no bom caminho”.

Afinal, é impossível ir de “feliz cabanazinha” a monstruoso gigante de concreto sem abrir também possibilidades positivas. São Paulo é mais kafkiana do que o próprio Kafka. Em que outro lugar do mundo uma pessoa acordaria metamorfoseada em um monstro horrendo e ficaria preocupada em como vai chegar ao trabalho a tempo? Por outro lado, também foi aqui que o poeta Mário de Andrade ousou retirar o espinho da carne do apóstolo que dá nome à cidade, libertando-o de seu martírio milenar e dando à luz a *Pauliceia desvairada*. Carolina Maria de Jesus conheceu o quarto de despejo e também a casa de alvenaria por

aqui, um lugar que gerou sentimentos conflitantes em Caetano Veloso, mas que, ao final de sua composição “Sampa”, ele chama de “possível novo quilombo de Zumbi” (e eu concordo).

O concreto é sem dúvidas um grande símbolo da cidade, mas a vida com sua teimosia e pujança também é. E deve muito aos povos africanos e ameríndios, que aqui foram oprimidos e, debaixo dessa opressão, desenvolveram tecnologias sociais complexas para que a vida se tornasse possível. Seu campo gravitacional conseguiu atrair para dentro de si e para seus arredores toda sorte de habitantes, criando uma babilônia tropical que não encontra paralelos no planeta. Sua muralha natural, a serra do Mar, assim como seus edifícios posteriormente fariam, impõe um desafio a quem se prostra diante dela. Como qualquer barreira, ela nos obriga a tomar uma decisão, avançar ou desistir, não há espaço para a indiferença, tal qual a esfinge de Tebas (que também foi nome de um arquiteto de São Paulo), a vida se encerra ou recomeça a partir de seu encontro. Decifra-me ou te devoro.

Seu (nosso) desafio no século 21 é retribuir o assustador crescimento dos últimos 150 anos propiciando vida digna para todos que ousaram vir sonhar sob sua garoa, sempre lembrando que quem não estuda o passado está condenado a reproduzi-lo.

Quando recebi o convite para prefaciar o livro *São Paulo — O planejamento da desigualdade* da professora Raquel Rolnik, fiquei antes de mais nada lisonjeado, honrado de verdade e pensando no tamanho da responsabilidade que seria tal colaboração. Embora eu seja paulistano, sou da borda da cidade, minha relação com São Paulo, sobretudo a minha relação de afeto, foi construída ao longo de anos, em especial dos últimos vinte, quando alguma mobilidade social se tornou possível em

minha vida e pude conhecer algo que está fora da programação original de uma pessoa-engrenagem. Sigo desde então num esforço teimoso que reafirma constantemente dentro de si e também para fora que a cidade é para todos, precisa ser, caso contrário o medo a fará não ser de ninguém. É uma utopia, que na verdade só é utopia devido à falta de vontade política presente em diversas gestões indiferentes ao drama dos que nasceram ou escolheram Sampa pra viver. Acredito que nos encontramos, Raquel e eu, nesse desejo de ajudar a pensar (e também a construir) esse espaço público coletivo e saudável. Não é fácil, mas, como ela ilustra maravilhosamente bem nas páginas seguintes, nosso constrangedor abismo social e o gargalo no qual nos encontramos foram escolhas, assim como construir um futuro melhor também vai precisar ser.

EMICIDA

dezembro de 2021

Introdução

Quem dela se aproxima é impactado imediatamente por seu tamanho: quilômetros de ruas e avenidas, bordeadas por construções, vias iluminadas, blocos de edifícios, casas e galpões, aqui e ali áreas gigantes circundadas por muros altos, onde se instalam protótipos de cidades sob o controle privado ou condomínios de dezenas de prédios iguais. O movimento de pessoas e objetos que circulam 24 horas por dia é onipresente, gerando fluxos reais e virtuais sobre sua geografia construída.

A serra da Cantareira, com seu pico do Jaraguá, é um dos poucos testemunhos contemporâneos do sítio original: São Paulo de vales, colinas e várzeas irrigados por centenas de rios, nascentes e córregos à beira de um planalto coberto pela Mata Atlântica e pela umidade que vem da serra do Mar. Em 2054, quando a cidade estiver completando quinhentos anos, essa paisagem terá sido transformada sucessivas vezes.

Seu ponto mais alto — o espigão da avenida Paulista — foi escolhido como moradia pelos barões do café e capitães da indústria nascente na São Paulo do início do século 20. Meio século depois, nos anos 1970, sobre ela se instalaram as torres envidraçadas do chamado “milagre econômico”, conferindo

ao espigão uma altura ainda maior. Finalmente, a emissão eletrônica de sinais constrói, sobre essas torres elevadas, antenas iluminadas anunciando uma nova transformação. Hoje esse espigão é o cenário preferencial de manifestações políticas, marchas e protestos. A Paulista, como é chamada pelos habitantes de São Paulo, é hoje um dos pontos de confluência de territórios da cidade: ali se encontram e se enfrentam tribos, seitas, partidos. Por ser um dos articuladores do sistema de transportes metropolitano, com estações de enlace entre diferentes linhas do metrô que levam aos trens da CPTM, a avenida é povoada por multidões, que tomam as calçadas nos dias de semana e aos domingos, quando, desde 2016, o evento Paulista Aberta impede a circulação de carros.

Do alto da avenida se descortinam os dois grandes vales da cidade, nas antigas várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, que, assim como centenas de córregos antigamente espalhados em meandros, se transformaram em canais de esgoto espremidos entre vias expressas ou cobertos por avenidas onde circulam carros, caminhões, motos e ônibus. Em alguns lugares da cidade, pequenas matas ciliares protegem um córrego destampado. São parques desenhados por paisagistas, encravados em áreas mais consolidadas, ou, ao contrário, áreas que se desenvolveram sem projeto imobiliário e foram “autourbanizadas”, nas quais os artefatos da infraestrutura urbana — vias, asfalto, calçadas, postes de iluminação — ainda não chegaram e não se sabe ao certo se um dia chegarão. São as frentes de expansão dos territórios populares.

Frentes de expansão de outras geografias ocupam antigos bairros industriais, acompanhando a várzea do rio Pinheiros: são torres inteligentes, brilhando em aço e vidro, oferecendo helipontos, segurança e serviços 24 horas. Às vezes refletem a paisagem agressiva dos veículos e um rio malcheiroso, mas

também as quaresmeiras, sibipirunas e ficus que teimam em criar raízes, rasgando o asfalto e invadindo com seus galhos o caótico emaranhado de fios de eletricidade, internet, TV a cabo, que, através de provedores corporativos ou de “gatonet”, conecta a cidade.

Com mais de 20 milhões de habitantes, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é hoje uma das cidades-mundo do planeta. Isso significa que circulam por ela não apenas os que vivem em seus limites físicos — 900 quilômetros quadrados de área urbanizada, em 39 municípios —, mas também habitantes de outros cantos do país, do continente, do mundo. Centro de produção, distribuição, gestão e logística de uma rede de empresas e corporações que atuam em esferas regionais e globais, São Paulo é um imenso mercado, turbinado pelo número de pessoas que abarca: moradores, visitantes físicos ou alcançados por suas redes digitais.

O tamanho da cidade e a vastidão dos espaços por ela alcançados englobam uma heterogeneidade de territórios: são os circuitos, redes e tribos que a habitam. É uma cidade de mil povos, capital financeira, cidade conectada no mundo virtual e real das trocas globais, potência econômica do país, berço de movimentos sociais, culturais e de lideranças políticas. No entanto, é uma cidade partida, cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas.

Estar em São Paulo é estar permanentemente exposto a sua imagem contraditória de opulência e miséria — carroças e carros blindados, mansões e barracos, shopping centers e barracas de camelô, *food trucks* e ambulantes. Cidade fragmentada, que aparenta não ser fruto da ordem, mas sim filha do caos, da competição mais selvagem e desgovernada de projetos individuais de sobrevivência e ascensão, do sonho de gerações sucessivas de migrantes e imigrantes que vieram

em busca de refúgio e oportunidades e da potência da grande cidade.

Hoje, o futuro da megacidade parece incerto: sobreviverá ao congestionamento, às consequências da pandemia e à poluição? Aos alagamentos e à crise hídrica? Reaparecerão os empregos perdidos, vão se regenerar os rios, matas e a umidade da serra? Voltará a reinar a paz nas ruas? E aonde vão viver os paulistanos? Vão se multiplicar os barracos improvisados nas ruas? Haverá serviços públicos de qualidade para todos? Os espaços públicos sobreviverão? Triunfarão os espaços comuns?

Para tentar imaginar uma resposta possível a essas questões, é preciso entender como se chegou a esse ponto, reconhecendo que a cidade que temos hoje é produto de milhões de ações individuais e coletivas das gerações que nela investiram seus projetos de vida e que, longe de ser caótico, esse processo foi diretamente influenciado por opções de política urbana, tomadas em períodos fundamentais de sua história. Às políticas urbanas que marcaram as sucessivas transformações da cidade corresponderam também conflitos, controvérsias, movimentos e insurgências de seus cidadãos.

É sobre esses momentos e sobre os temas, questões e movimentos envolvidos nesses conflitos e decisões que vamos nos debruçar nas próximas páginas. O objetivo é mostrar que a aparente nau desgovernada corresponde na verdade a territórios marcados por sucessivos projetos de cidade e métodos de gestão urbana implementados para administrar um lugar que, em cem anos (entre 1854 e 1954, data de seu quarto centenário), passou de 30 mil para mais de 2,5 milhões de habitantes, chegando a 10 milhões (20 milhões, se considerarmos a população da Grande São Paulo) nos cinquenta anos seguintes, o que o fez transformar-se na principal metrópole de um país marcado por uma concentração histórica de renda e poder.

Este livro traz uma versão revista, ampliada e atualizada do livro *São Paulo*, da coleção Folha Explica, publicado pela primeira vez em 2001. Trata-se de uma história urbanística da cidade, que se inicia com a implantação da vila no século 16 em território tupiniquim e avança até 2021, segundo ano da pandemia de coronavírus que assolou a cidade e o planeta. Em cada um dos capítulos, abordo um momento decisivo dessa história, em que temas, questões ou políticas emergiram, marcando para sempre o tecido sociopolítico espacial da cidade.

O período que vai da vila bandeirante à construção da cidade cosmopolita, impulsionada pela máquina da cafeicultura e do Partido Republicano Paulista (PRP), é tratado no primeiro capítulo, “Da aldeia de Piratininga à cidade do café”. O segundo acompanha “A crise dos anos 1920” e a emergência de um novo pacto político-territorial nos anos 1930, pacto que conforma o processo de urbanização da cidade até os dias de hoje. O terceiro capítulo, “São Paulo metrópole”, reconstrói a lógica política — e urbanística — da metropolização, abordando o momento em que a cidade se solta dos trilhos, espalhando-se em periferias precárias. Nos seguintes, “São Paulo na virada do milênio” e “A cidade confinada”, focalizo a desconstituição da cidade industrial, a emergência do urbanismo dos enclaves fortificados, com a multiplicação de shopping centers e condomínios fechados, assim como a formação de um novo polo corporativo-financeiro às margens do rio Pinheiros. O percurso se completa com “Crise e mudança na São Paulo da pandemia eletrônica”, que aborda as mudanças no mundo do trabalho, no consumo e na vida na cidade. Como numa vertigem, tais mudanças se aceleraram com o advento de uma pandemia que, até novembro de 2021, já tinha matado mais de 40 mil pessoas na cidade de São Paulo e 615 mil no Brasil. Esse momento levanta perguntas sobre passado e futuro que procuraremos abordar aqui.

Escrevi o livro pensando em traduzir os dilemas do urbanismo paulistano para o leigo, a pessoa não especialista, a estudante, a curiosa. É um texto para conhecer a história e entender o presente, mas sobretudo é um manifesto que acredita que, se decisões de política urbana nos trouxeram até aqui, guinadas em outras direções são sempre possíveis. Está nas mãos dos residentes dessa cidade construir tais horizontes utópicos, definindo mais uma camada de sua história.